Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE

Demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31/12/2017

prodemge

Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017

Sumário

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE 2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 7

BALANÇO PATRIMONIAL 14

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO 15

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 16

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 17

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 18

PARECER DO CONSELHO FISCAL 42

Grupo MACIEL

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Conselheiros da
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE
Belo Horizonte - MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE** (**"Companhia"**), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **PRODEMGE** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidada de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Em 31 de dezembro de 2017, identificamos divergências na apuração do Lucro Real e na base de cálculo da Contribuição Social. A administração da companhia irá proceder ao levantamento e avaliação visando adequação dos saldos contábeis. Não foi possível obter evidencia de auditoria apropriada e suficiente para concluir sobre o saldo contábil, não conseguimos quantificar o impacto desses valores nas demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Contas a receber principal acionista

Conforme a nota explicativa Nº.5, o montante a Receber de Cliente é de R$ 102.584.424, dos quais, R$ 41.685.120 referem-se a valores pendentes de recebimento de exercícios anteriores. Desse montante a receber de exercícios anteriores, cerca de 99% é proveniente de clientes ligados a administração direta e indireta do Governo do Estado de Minas Gerais, seu acionista controlador, por esse motivo, não constituindo provisão para fazer frente a eventuais perdas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionada na nota expliciativa Nº 1, a Companhia apresentou nos cinco ultimos exercícios prejuízos operacionais. Para reverter essa situação, a Administração vem buscando alternativas para incrementar suas receitas e reduzir seus custos . As demonstrações contábeis do exercício de 2017 foram elaboradas de acordo com o pressuposto de continuidade da entidade. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar

se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

contábeis

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Grupo MACIEL

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2018.

MACIEL AUDITORES S/S
1CRC/RS 5.460/O-0 T SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
2 RS-071505/O-3 T SP
Sócio Responsável Técnico

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para o exercício de 2017.

A Administração da Prodemge, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete à apreciação da Assembleia Geral Ordinária o Relatório da Administração sobre os negócios da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, juntamente com as Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

Perfil Corporativo

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge foi criada pela Lei Estadual nº 6.003/72, de 12 de outubro de 1972, sob a regência da Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76, e tem como principal acionista o Governo do Estado de Minas Gerais.

Sua missão é propiciar, por meio de Soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação, o desenvolvimento contínuo da Administração Pública e seus agentes, acreditando na capacidade técnica e produtiva de seus empregados.

A Prodemge acompanha o desenvolvimento da tecnologia da informação, ocupando hoje, uma posição de vanguarda no segmento da tecnologia da informação, oferecendo soluções diferenciadas aos segmentos de planejamento e gestão, finanças, segurança, trânsito, justiça, saúde, educação, cultura, turismo, meio ambiente, agricultura, ação social e desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

Resultado Operacional

No ano de 2017 a Companhia registrou um faturamento bruto de cerca de 278 milhões, significando um aumento de 17% em relação ao ano de 2016. Desse faturamento, cerca de 22 milhões refere-se ao faturamento apurado da prestação de serviços executada, mas ainda não emitidas as devidas notas fiscais, porém contabilizada pelo regime de competência, no ano de 2017. Entretanto, apresentou um prejuízo líquido de R$11.839.138 milhões no exercício de 2017 contra R$4.981.834 milhões no exercício de 2016.

O principal fator que contribuiu para o prejuízo no ano de 2017 foi o aumento dos custos operacionais, em cerca de 21%, ocasionados pela absorção da atividade de serviços gráficos, onde a Companhia passou a executar essa atividade em decorrência da Reforma Administrativa ocorrida no Estado de Minas Gerais em 2016. No ano de 2017, a Companhia registrou o custo no montante de R$195.981.815, sendo que em 2016, o montante foi de R$162.789.248.

O Governo do Estado de Minas Gerais, através da Lei 22.285, de 14/09/2016, extinguiu a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, incorporando a competência para a edição e a gestão das publicações no Diário Oficial do Estado à Secretaria de Casa Civil e de Relações Institucionais – SECCRI. Diante da necessidade de continuidade dos serviços de impressão do jornal Diário Oficial de Minas Gerais, dada a essencialidade de acesso às informações e interesse público e publicações de atos oficiais das esferas pública e privada, a Companhia firmou Termo de Cooperação Mútua com a SECCRI, devido ser entre

as entidades da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais, a que possuía as melhores condições para assumir a atividade de serviços gráficos do Diário Oficial de Minas Gerais.

O Termo de Cooperação Mútua possui cláusula de ausência de transferências ou repasses de recursos financeiros. A partir de janeiro de 2017, a Companhia vem executando a atividade de serviços gráficos, e, respeitando a referida cláusula do Termo não houve registro de faturamento em 2017 para esse serviço.

Gestão Empresarial

Devidas as novas competências estabelecidas à Companhia, advindas da Reforma Administrativa ocorrida no Estado de Minas Gerais, a Lei 22.257/16 acrescentou à Lei de criação da Prodemge (Lei 6003/72) a competência para a execução das seguintes atividades:

- Gerir estruturas e sistemas de recepção e transmissão de sinal de telecomunicação e radiodifusão.
- Prestar serviços de impressão a terceiros, notadamente de revistas, livros e coletâneas de leis, quando presente o interesse público.

Com isso, uma nova perspectiva de negócios se abriu para a Prodemge, com implantação de estratégias, metas e planos para reestruturar processos e estabelecer novos modelos de negócio, assegurando agilidade e qualidade na prestação de serviços.

Há 50 anos, a Prodemge vem escrevendo a própria trajetória. A cada gestão tem se reinventado e se remodelado para oferecer serviços cada vez mais eficientes e eficazes para todos os seus clientes. Mas, mais do que clientes, eles são vistos como os seus parceiros e só por meio dessa associação é que a empresa tem tido condições de cumprir, desde os primórdios, o principal papel social atribuído a ela: garantir que os cidadãos acessem, de forma rápida e com qualidade, as informações disponibilizadas pelo Estado nas mais diversas áreas.

A Companhia está sempre executando importantes projetos que agregam e facilitam o cotidiano dos seus clientes, em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Governo Estadual. Pode-se destacar as iniciativas de implantação da Rede Estadual de Alta Velocidade e a estrutura da Sala de Situação.

Pessoas

Com a expansão dos serviços prestados e dos pontos de presença da Prodemge em seus clientes e no interior, a Companhia necessariamente, vem se adequando para oferecer o melhor atendimento possível, investindo na capacitação de seus recursos humanos e fazendo estudos aprofundados que propiciam o mapeamento e a disseminação do conhecimento necessário para que os empregados possam lidar com a complexidade das demandas e otimizar a produtividade na execução de suas atividades.

O corpo funcional da Prodemge registrou 1.146 empregados no fim de 2017 contra 1.135 em 2016.

A Prodemge está sempre trabalhando para tornar os seus colaboradores cada vez mais completos, versáteis e preparados para o mercado de trabalho. Para os próximos anos, essa contínua valorização também será fundamental para que a empresa cresça e seja, cada vez mais capaz de oferecer soluções inovadoras em tecnologia.

A Prodemge também apoia programas de inserção de jovens no mercado de trabalho por meio de parceria com a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – Assprom, propiciando, no final do exercício de 2017 oportunidades a 10 menores aprendizes. Ainda no contexto dos projetos sociais a Companhia finalizou o ano de 2017 com 85 estagiários e 08 adolescentes trabalhadores.

Em 2017, foram disponibilizadas 981 vagas em cursos e eventos, distribuídas entre os empregados da empresa e clientes, sendo que para esses, os cursos são ministrados internamente para capacitação em sistemas desenvolvidos dentro da Companhia.

Soluções para suporte à Gestão Pública

- **MG App**

Com o desenvolvimento do MG App, um aplicativo para smartphones que dá acesso ao cidadão a diversos serviços públicos estaduais, a Companhia conseguiu reunir tanto os serviços que não eram prestados pelo Governo por meio de smartphones, como alguns que já estavam disponíveis, porém em aplicativos dispersos.

Dentre os serviços disponíveis, podemos citar a emissão de carteira de identidade, de trabalho e requerimento de seguro desemprego. Também disponibiliza serviços online da Cemig, da Copasa e do Detran, e consulta sobre disponibilidade de medicamentos nas Farmácias de Todos. Além disso, é possível localizar endereços, telefones e horário de atendimento das principais unidades de prestação de serviços estaduais como delegacias e escolas.

Já está disponível também no MG App, a função de agendamentos para pessoas que desejam doar sangue. O Hemominas espera um crescimento no número de doações com a facilidade oferecida pelo aplicativo.

A centralização facilita o acesso ao cidadão e permite mais agilidade na prestação dos serviços. O MG App está disponível para os sistemas operacionais Android e iOS e Windows Phone.

- **Portal do Governo de Minas Gerais**

A empresa desenvolveu a nova versão do Portal do Estado de Minas Gerais, com um visual renovado e trazendo melhorias no acesso às informações e serviços do Governo do Estado de Minas Gerais. O portal foi organizado para três públicos-alvo: cidadãos, empresas e municípios. Para cada um deles os serviços foram classificados de acordo com o tema, como educação, saúde e meio ambiente.

No Portal são disponibilizados serviços para empresas com o objetivo de simplificar e facilitar a sua relação com o Governo de Minas Gerais. Orientações para a abertura de firmas na Junta Comercial e orientações para cadastramento como fornecedor para participação em licitações do Governo do Estado de Minas Gerais são alguns exemplos.

Também estão disponíveis dados sobre o Estado de Minas Gerais, as principais notícias e acesso às redes sociais do Governo. Além disso, é possível encontrar informações sobre a estrutura governamental, com todas as instituições que fazem parte do Governo de Minas Gerais.

O novo portal tem como vantagem a construção em uma plataforma Open Source que, além de gratuita, é mais acessível. Com a nova versão agora desenvolvida pela Prodemge, os custos tornam-se bem menores, fato importante no momento econômico que estamos vivendo.

- **Sistema eletrônico de aposentadoria**

O novo sistema eletrônico de aposentadoria promete dar muito mais agilidade ao processo de emissão de certidão de contagem de tempo de aposentadoria dos servidores públicos estaduais de Minas Gerais que estão se retirando da vida ativa.

Atualmente são necessários, em média, 150 dias para reunir e validar documentos até ser emitida a certidão definitiva (CTC), que precisa ser encaminhada ao INSS. Com o novo sistema será possível emitir uma certidão definitiva em até uma semana.

Além de reduzir drasticamente o prazo de elaboração do processo de CTC, o novo sistema vai ao encontro do Decreto 47.222, de 26 de julho de 2017, que regulamenta o uso de meios eletrônicos para a tramitação de processos administrativos. Com isto é esperado aumento da eficiência, eficácia e efetividade dos processos burocráticos de gestão de tempo, promovendo também maior segurança da informação.

Também há ganhos relativos à transparência e economicidade, ampliando as possibilidades de acesso dos servidores às suas unidades administrativas, além do compromisso com a sustentabilidade ambiental, com a economia de papel e impressão. Com o novo sistema, os impactos financeiros são bastante positivos para o Governo do Estado, onde há uma previsão de economia da ordem de R$ 500 mil ao ano, com pessoal e papel.

Outra vantagem do novo sistema é que o servidor poderá acompanhar toda a movimentação do processo por meio de mensagens recebidas no celular por SMS e por e-mail.

- **Sistema Eletrônico de Informações – SEI**

O governo iniciou em 2017 o processo de normatização e implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. O sistema permite a criação, edição, assinatura e o trâmite de documentos em uma plataforma digital e pretende contemplar todos os órgãos do Estado até dezembro de 2018.

O SEI foi desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e, por meio de Termo de Cooperação Técnica, assinado entre o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e a Seplag MG, foi cedido o direito de seu uso ao Estado de Minas Gerais. A Prodemge realizou um processo de absorção e adequação do software.

O objetivo é tornar a administração pública mais moderna e sustentável. A utilização do SEIMG deve gerar economia no uso e armazenamento de papel, mais rapidez e transparência no trâmite de documentos e aumento da integração entre os órgãos e entidades. O sistema legitima instantaneamente a comunicação e pode ser acessado em celular, tablet ou computador.

- **Certificação Digital**

A Prodemge obteve credenciamento junto ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI para que a empresa passe a atuar como uma Autoridade Certificadora de 1º nível. Também recebeu o

credenciamento para atuação como AC de 2º nível, ligada à AC Prodemge 1º nível. O projeto AC de 1º nível é bastante complexo e conta com a participação de uma equipe multidisciplinar, que trabalha integrada para a viabilização de uma série de ações, em diferentes frentes.

Uma análise do mercado das autoridades certificadoras e da certificação digital revelou ser este um mercado cada vez mais crescente. Os dados mostram que, em 2017, a empresa teve um crescimento de cerca de 27% no faturamento bruto em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Sala de Inovação**

A recém-inaugurada Sala de Inovação, elaborada e mantida pela Prodemge, será um lugar para identificação de soluções inovadoras, definição de produtos, processos e serviços. Localizada no Prédio Gerais, na Cidade Administrativa, possui toda a sua estrutura voltada a permitir que o trabalho seja feito de forma rápida e assertiva para atender as necessidades dos clientes. Será utilizada com propósitos definidos e propícios à disseminação de conhecimento, troca de experiências, desenvolvimento de soluções, pesquisa e desenvolvimento (P&D) de produtos e serviços, com a realização de trabalhos colaborativos.

- **Kits escolares**

Após assumir as atividades do Parque Gráfico da extinta Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, a Companhia se envolveu no projeto de confecção de kits escolares do projeto Mais Educação. Essa ação buscou fornecer cadernos, blocos e mapas escolares para crianças matriculadas nas escolas públicas estaduais de todo o Estado, do ensino fundamental do 1º ao 9º ano. O Governo do Estado também distribuiu kits para estudantes indígenas, localizadas no Território Mucuri.

Os kits fazem parte de um grande projeto sócio educativo, planejado conjuntamente entre a empresa e a Secretaria de Estado da Educação (SEE), sendo que mais de um milhão de kits foram confeccionados, onde os alunos receberam cadernos do tipo brochurão, cadernos universitários, blocos de desenho e mapas de Minas Gerais.

- **Sistema Integrado de Gestão Prisional**

A Prodemge desenvolveu e implantou em todas as unidades prisionais e administrativas do Estado de Minas Gerais, o Sistema Integrado de Gestão Prisional. O Sigpri começou a ser desenvolvido em 2012 em parceria com a Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap, com o propósito de trazer modernização tecnológica e melhoria na gestão da informação para a administração prisional do Estado. A Seap terá informações prisionais mais seguras, precisas e em tempo real.

- **Cadastramento escolar**

O Cadastramento Escolar 2018, que, pela primeira vez, foi feito totalmente pela internet, já tem seu balanço final. Em 2017, no período de 12 a 23 de junho, foram realizadas 162.097 inscrições de pessoas interessadas em ingressar no fundamental da rede pública de ensino no ano que vem. A Prodemge desenvolveu a solução que viabilizou o cadastramento escolar on-line, com um formulário de simples usabilidade.

Na capital, de acordo com informações da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), foram cadastrados 25.263 estudantes. Nos demais municípios do Estado, em que o cadastro foi realizado por meio do site da

Educação, o número de inscrições foi de 136.834 candidatos. Desse total, 96.344 são da educação infantil, 9.480 são alunos transferidos de escolas particulares e 2.263 estão retomando os estudos. Registra-se também que, 28.747 candidatos não informaram a procedência no ato de inscrição.

O cadastramento on-line é resultado de um planejamento idealizado por profissionais da Companhia e que foi abraçado pela Secretaria de Educação (SEE).

Uma importante funcionalidade já disponível para os gestores da Secretaria de Estado da Educação é o Painel do Gestor, que mostra os resultados parciais dos cadastramentos realizados por cidade e por Superintendência Regional de Ensino (SRE). Já o órgão central possui a visão de todos os cadastramentos feitos no Estado, em tempo real.

- **Impressão gráfica**

Uma nova perspectiva de negócios se abriu para a Prodemge com a extinção da autarquia Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais – IOMG. Os trabalhos realizados na atual unidade Augusto de Lima (UAL), seguem no sentido de viabilizar e incrementar os serviços de produção gráfica e de impressão assumidos pela Companhia. Foram pensadas estratégias, estabelecidas metas e traçados planos para reestruturar processos e estabelecer novos modelos de negócio, assegurando agilidade e qualidade na prestação de serviços de impressão. Uma série de atividades já estão programadas para a unidade Augusto de Lima para o próximo ano.

- **Infraestrutura da Cidade Administrativa**

A Companhia assumiu a Gestão de Rede da Cidade Administrativa e do Prédio de Serviços, com ganhos expressivos em termos de economia e qualidade para o Estado. A Prodemge passa a ser a responsável pelo serviço de administração da infraestrutura da rede de informática e telefonia dos prédios Minas, Gerais, do Centro de Convivência, do Palácio Tiradentes, Auditório JK e Central de Água Gelada, que compõem o complexo da Cidade Administrativa de Minas Gerais.

Dentre os serviços que compõem toda essa complexa infraestrutura estão a administração de roteadores, switches, o serviço de Wi-Fi em todos os ambientes da CA, todo o serviço de telefonia e também a manutenção do grupo motor gerador de energia. Uma equipe da Prodemge já está atuando especificamente para atender as demandas desse novo contrato.

A administração de toda a infraestrutura de rede da Cidade Administrativa é um importante projeto assumido pela Prodemge e revela a priorização da modernização na prestação dos serviços de tecnologia da informação para o Estado de Minas Gerais. Para se ter uma ideia aproximada do tamanho deste desafio, a rede a ser administrada pela Prodemge tem cerca de 14 mil pontos de rede e 9 mil pontos de telefonia.

- **Projeto Rede Óptica**

Uma das diretrizes do “Programa de Governo de Minas” é a modernização da economia por meio da inclusão digital, programa que ataca os gargalos de infraestrutura de Minas em diversos pontos, propondo a criação de um modelo de acesso das cidades mineiras, mesmo as menores, às redes de cabos ópticos para o uso de internet e comunicação com padrão avançado.

Alinhada a este Programa de Governo, a Prodemge elaborou um projeto onde propôs a construção de uma rede corporativa estadual com abrangência em todos os pontos de interesse do Estado com a implantação de um backbone óptico para conexão em todos os municípios. Este projeto tem por finalidade oferecer à Administração Pública Estadual a interconexão de seus órgãos e unidade, a uma estrutura única de rede.

A primeira etapa do projeto, que está em andamento, prevê a criação do Anel Óptico Metropolitano, composto pelas conexões Prodemge-CAMG, Prodemge-IOMG, Prodemge-SEF e Prodemge-Gasmig, BDMG, Detran-MG, DER, Codemig e Copasa, bem como o Corredor Belo Horizonte – Sete Lagoas, que será a base para capilarização futura dos links para o interior de Minas Gerais, que ocorrerá numa segunda etapa.

Premiação obtida em 2017

O Portal da Transparência, instrumento de controle social do Governo de Minas Gerais, desenvolvido pela Prodemge e mantido pela Controladoria Geral do Estado (CGE), foi o vencedor, na categoria Qualidade da Democracia, da 6ª edição do Prêmio José Costa 2017.

Idealizado pelo Jornal Diário do Comércio e pela Fundação Dom Cabral, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerias (Fiemg), o prêmio trouxe como tema deste ano o "Desenvolvimento de Minas e os Desafios Globais".

O Portal da Transparência permite a fiscalização dos gastos públicos estaduais pelo cidadão, sendo a transparência uma grande aliada no combate à corrupção. Lançado em 2009 para atender a Lei Complementar nº 131/2009, que determina a divulgação da despesa e receita do Estado, o Portal passou, a partir de 2012, a ser regido pela Lei de Acesso à Informação (LAI).

Agradecimentos

A Administração da Prodemge agradece aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, ao acionista majoritário representado pela Advocacia-Geral do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e demais acionistas, a confiança e apoio indispensáveis para o desenvolvimento contínuo alcançado pela Prodemge. Aos clientes e fornecedores, o agradecimento pela confiança e fidelidade, destacando seu propósito de retribuir com serviços e atendimento diferenciados. Ao corpo funcional, a Companhia expressa seu agradecimento e reconhecimento pelo empenho e dedicação.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(em milhares de reais)

ATIVO	N/E	2017	2016
CIRCULANTE		**196.000**	**176.915**
Caixa e equivalente de caixa	4	35.411	71.377
Contas a receber de clientes	5	102.584	66.890
Serviços a faturar	6	52.081	34.000
Estoques	8	1.647	480
Impostos a recuperar	9	2.578	2.377
Despesas a Apropriar		66	413
Devedores diversos		1.632	1.378
NÃO CIRCULANTE		**42.572**	**42.347**
Realizável a Longo Prazo	10	542	-
Investimentos		1	1
Imobilizado	11	37.270	35.393
Intangível	12	4.759	6.953
TOTAL DO ATIVO		**238.572**	**219.262**

PASSIVO	N/E	2017	2016
CIRCULANTE		**99.373**	**71.744**
Fornecedores	16	32.422	10.578
Obrigações sociais e trabalhistas	17	50.874	39.270
Obrigações fiscais		3.698	2.809
Refis	18	2.252	2.142
Passivo Atuarial Libertas	19	8.154	16.261
Obrigações Diversas		1.973	685
NÃO CIRCULANTE		**76.970**	**77.568**
Refis	18	18.580	20.169
Passivo Atuarial Libertas	19	23.572	24.698
IRPJ/CSLL diferidos	21	17.895	11.560
Obrigações diversas	22	4.821	4.670
Benefício pós emprego	23	3.847	10.025
Provisão p/ processos judiciais	24	8.255	6.447
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**62.229**	**69.950**
Capital social	21.a	77.228	77.228
Ajuste de avaliação patrimonial	21.c	(3.847)	(10.025)
Reserva de Reavaliação	21.d	10.348	10.575
Prejuízos Acumulados	21.e	(21.500)	(7.828)
TOTAL DO PASSIVO		**238.572**	**219.262**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(em milhares de reais)

Demonstração de Resultado	N/E	2017	2016
Receita operacional líquida	22	**239.338**	**202.729**
(-) Custo dos serviços prestados	23	(195.982)	(162.789)
(=) Lucro bruto		**43.356**	**39.940**
Despesas administrativas e gerais	24	(47.967)	(46.957)
Provisão para processos judiciais	20	(1.808)	3.928
Despesas tributárias		(462)	(552)
Outras receitas/despesas operacionais		(2)	(49)
(=) Lucro antes do resultado financeiro		**(6.883)**	**(3.691)**
Receitas financeiras	25	4.932	7.957
Despesas financeiras	25	(3.740)	(7.318)
(=) Lucro antes dos impostos		**(5.692)**	**(3.052)**
IRPJ diferido	18	(4.520)	(1.419)
CSLL diferida	18	(1.627)	(511)
(=) Resultado do Exercício		**(11.839)**	**(4.981)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(em milhares de reais)

	2017	2016
ATIVIDADE OPERACIONAL		
Prejuízo líquido do exercício	(11.839)	(4.981)
Depreciação e amortização	12.519	13.013
Prejuízo com baixa e doação de imobilizado	2	42
Despesas de juros	151	254
Realização da reserva de reavaliação	40	40
IRPJ/CSLL diferidos		1.929
Provisão para contingências passivas	1.808	(3.928)
Variação monetária ativa		3.527
Provisão IRPJ/CSLL diferidos	6.147	
Encargos tributários		109
Crédito PIS/COFINS		(3.587)
Beneficio pós emprego	3.311	3.379
Serviços realizados a faturar	(18.081)	(6.652)
Outras despesas		1
Ajuste de Exercícios Anteriores	(1.858)	
Resultado Ajustado	**(7.800)**	**3.144**
Variação das contas de Ativo		
Contas a receber de clientes	(35.695)	11.280
Estoques	(1.168)	(262)
Impostos a recuperar	(201)	(557)
Demais contas a receber	(449)	5.406
Variação das contas de Passivo		
Fornecedores	19.268	1.294
Imposto de renda e contribuição social		(194)
Impostos a recolher	889	606
Salários e encargos sociais	8.293	(1.006)
Parcelamento de débitos - Libertas (Passivo Atuarial)	(9.233)	(12.957)
Parcelamento de débitos - Refis	(1.479)	(4.100)
IRPJ e CSLL diferidos		1.929
Outras contas a pagar	1.275	222
RECURSOS LÍQUIDOS DA ATIVIDADE OPERACIONAL	**(26.299)**	**4.805**
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aumento/compra do ativo imobilizado	(8.849)	(7.577)
Aumento/compra do ativo intangível	(819)	(2.137)
RECURSOS LÍQUIDOS DA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	**(9.667)**	**(9.714)**
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(35.966)**	**(4.909)**
Demonstração da variação líquida de Caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	71.377	76.286
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	35.411	71.377
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(35.966)**	**(4.909)**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Outros Resultados Abrangentes	Retenção de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2015	**77.228**	**10.615**		**(34.193)**		**(2.886.786,00)**	**50.763**
Outros Resultados Abrangentes							
Ajuste de Avaliação atuarial				24.168			**24.168**
Prejuízo do exercício 2016						(4.981)	**(4.981)**
Realização da Reserva de Reavaliação		(40)				40	
Saldo em 31/12/2016	**77.228**	**10.575**		**(10.025)**		**(7.828)**	**69.950**
Ajuste de Exercícios Anteriores						(1.858)	**(1.858)**
Outros Resultados Abrangentes							
Ajuste de Avaliação atuarial				6.178			**6.178**
Prejuízo do exercício 2017						(11.839)	**(11.839)**
Realização da Reserva de Reavaliação		(227)				25	**(202)**
Saldo em 31/12/2017	**77.228**	**10.348**		**(3.847)**		**(21.500)**	**62.229**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, exceto outro modo indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte MG. Suas atividades compreendem a execução dos serviços de tecnologia da informação para órgãos e entidades da administração pública e iniciativa privada, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, acionista majoritário, e seu compromisso é a modernização do setor público. Em sintonia com os programas de Governo, a Prodemge tem como foco a racionalização da máquina pública, objetivando a prestação de serviços à sociedade sempre de forma ágil e com qualidade. No ano de 2017, após a efetivação da Reforma Administrativa do Estado de Minas Gerais, ocorrida no ano de 2016, a Companhia assumiu as atividades de serviços de impressão, advindas da extinta Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, além da gestão de estruturas e sistemas de recepção e transmissão de sinal de telecomunicação e radiodifusão, visando mais eficiência, celeridade e economia ao Estado de Minas Gerais.

A Companhia apresenta prejuízos operacionais no decorrer dos últimos 05 anos, sendo que o prejuízo do exercício de 2017, no montante de R$ 11.839.138 está relacionado com o acréscimo de R$30.206.994 dos custos com a atividade de serviços gráficos assumidos pela Companhia.

A Administração se mantém empenhada em aperfeiçoar todos os processos e controles internos, assegurando uma gestão atuante e transparente, com vistas a solucionar eventuais inconsistências remanescentes de exercícios anteriores, através de medidas corretivas, tais como: a otimização do relacionamento com os clientes e a adequação dos preços, além do gerenciamento eficaz dos gastos, bem como das aquisições e contratos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estas demonstrações foram aprovadas pela Diretoria em 06 de março de 2018.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 19 - Mensuração de obrigações de benefícios definidos
- Nota 20 - Contingências.

2.5 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações, resumidas abaixo, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros;
- IFRS 15 - Receita de contratos de clientes;
- Modificações às IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo biológico e Produto agrícola;
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização.
- Modificação às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014;
- Modificações às IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras;

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração não espera que estas novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço, e não excedem o respectivo valor de mercado.

b) O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual do imobilizado e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado.

c) O Intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando-se em conta uma vida útil estimada de 05 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

d) Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de impairment ao final de cada exercício contábil. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo esse o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC).

e) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.

f) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado apurado do exercício pelo regime de competência.

g) As contingências passivas são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, por valores julgados pelos administradores e assessores jurídicos internos como suficientes para a sua cobertura.

h) Os demais ativos e passivos encontram-se devidamente contabilizados no circulante e não circulante, acrescidos de seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.

i) A Companhia possui benefícios pós-emprego caraterizados com planos de complementação de aposentadoria, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a NBCTG 33 (R2) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade patrocinada. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço.
- A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Companhia, através do método da unidade de crédito projetada. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

j) Instrumentos Financeiros

1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo.

- Recebíveis

Os ativos recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Estão representados por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa e CDBs com rentabilidade diária e sem carência para resgate, que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e que são usados na quitação das obrigações de curto prazo.

2) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

3) Capital social

- Ações ordinárias e preferenciais

A companhia possui ações ordinárias nominativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

R$ 1,00

	2017	2016
Caixa e bancos	65	11.511.698
Aplicações Financeiras		
. Certificados de Depósitos Bancários - CDB's	25.955.902	59.176.579
. Fundos de Investimentos	9.455.032	688.759
Total	**35.410.999**	**71.377.036**

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Os certificados de depósitos bancários - CDB's Flex Empresarial, da Caixa Econômica Federal, são classificados como disponibilidades por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, assim como os Fundos de Investimentos.

Durante o exercício de 2017, houve investimento no Fundo de Investimentos - Fundo SPúblico Clássico, do Banco do Brasil, onde os resgates e as aplicações ocorrem de forma automática diariamente com o saldo da conta corrente.

5. CONTAS A RECEBER

		R$ 1,00
Cliente	**2017**	**2016**
Estado de Minas Gerais:		
Administração Direta	93.403.771	59.715.669
Administração Indireta	7.647.742	4.015.577
Outros	313.944	1.051.387
Total Estado	**101.365.457**	**64.782.633**
Extra Estado		
Prefeituras	1.218.967	2.107.273
Total Extra Estado	**1.218.967**	**2.107.273**
Total	**102.584.424**	**66.889.906**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía créditos vencidos e a vencer no montante de R$102.584.424 sendo que para o ano de 2016 o montante era de R$66.889.906, referentes a serviços prestados substancialmente a órgãos e entidades da administração pública do Estado de Minas Gerais.

Não é prática da Companhia constituir provisão para fazer face a eventuais perdas com tais créditos, haja vista serem esses clientes uma extensão do seu acionista controlador, o Governo do Estado de Minas Gerais.

Em 31/12/2017 a segregação da composição do Contas a Receber, conforme prazo de realização, está demonstrada abaixo:

	R$ 1,00
Até 30 dias:	28.169.969
De 31 até 60 dias:	4.241.586
De 61 até 90 dias:	6.319.012
De 91 até 120 dias:	3.880.592
Acima de 120 dias:	59.973.264
Saldo Contas a Receber	**102.584.424**

6. SERVIÇOS REALIZADOS A FATURAR

Os serviços prestados e entregues aos clientes durante o exercício de 2017, que não foram faturados, por aguardar regularização contratual estão contabilizados sob o título de Serviços Realizados a Faturar, totalizando R$52.080.514 em 2017 e R$33.999.908 em 2016.

7. PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador o Estado de Minas Gerais, e as transações entre a Prodemge e suas partes relacionadas abrangem as operações de valores a receber decorrente de serviços prestados às Secretarias e valores a pagar do condomínio referente à utilização da Cidade Administrativa à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), conforme contrato de prestação de serviços firmado entre as partes.

A Companhia possui com o Estado de Minas Gerais contrato de prestação de serviços firmado junto às Secretarias de Estado.

		R$ 1,00
	2017	**2016**
Ativo		
. Circulante	93.403.771	59.715.669
Passivo		
. Circulante (SEPLAG)	3.756.677	1.365.248

Operações com Administradores

Aos administradores abrange membros do conselho de administração e diretores, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. A remuneração dos Administradores da Companhia compreende salários e benefícios.

		R$ 1,00
	2017	**2016**
Diretoria	70.377	66.130
Conselho de Administração	24.072	21.535

8. ESTOQUE

Com o início das atividades de impressão, o volume de produtos registrados em estoque teve um aumento significativo, ocasionando um fechamento anual no montante de R$1.647.475 para o exercício de 2017, sendo que para 2016 o montante registrado foi de R$479.948.

		R$1,00
PRODUTO	**2017**	**2016**
Itens p/ Serviço de TI	609.815	479.948
Itens p/ Serviços gráficos	1.037.660	-
TOTAL	**1.647.475**	**479.948**

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia apresenta registrado em Impostos a Recuperar valores de Imposto de Renda e Contribuição Social pagos por estimativa no ano de 2017 (IRPJ CSLL), cujo saldo será compensado à medida que novos impostos a recolher forem apurados.

Possui saldo de tributos retidos sobre notas fiscais de prestação de serviços, além do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as aplicações financeiras.

	R$ 1,00
Impostos	**2017**	**2016**
Impostos retidos a compensar	2.395.682	2.377.467
Impostos pagos por estimativa	182.620	-
Total Impostos a Recuperar	**2.578.302**	**2.377.467**

10. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Os créditos a longo prazo referem-se ao saldo de depósitos judicias, que correspondem aos depósitos recursais de ações trabalhistas. Até o ano de 2016, os valores eram apropriados diretamente no resultado da Companhia.

11. IMOBILIZADO

			R$1,00		
			2017	2016	
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Terrenos	10.400.000	-	10.400.000	10.400.000	-
Edificações	19.534.853	(13.965.970)	5.568.883	7.068.594	4%
Equipamentos Processamento de Dados	77.893.380	(57.309.677)	20.583.703	17.123.622	20%
Móveis, Utensílios e Ferramentas	1.466.087	(927.422)	538.665	592.205	10%
Rede de Comunicação Via Satélite	662.799	(657.483)	5.316	6.155	7%
Veículos	373.188	(199.473)	173.715	202.115	20%
Total	**110.330.307**	**(73.060.025)**	**37.270.282**	**35.392.691**	-

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens.

Movimentação do ativo imobilizado em 2017:

	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Depreciação/ Amortização/	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado	35.392.691	11.031.866	(9.154.275)	37.270.282
	35.392.691	**11.031.866**	**(9.154.275)**	**37.270.282**

A Companhia considerou o método "valor em uso" como sendo o melhor método para avaliar os Ativos Imobilizados. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. O teste do Impairment não trouxe impactos para a Companhia, não sendo necessários quaisquer ajustes.

O imobilizado foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável conforme o disposto nos pronunciamentos técnicos CPC 01(R1), CPC 04(R1) e CPC 27.

Permanece no patrimônio líquido o montante referente à reserva de reavaliação de R$10.348.231,32, ainda não realizado, referente a Terrenos e Edificações. No de 2017, foram reconhecidos o imposto de

renda diferido e a contribuição social diferida sobre a Reserva de Reavaliação de Edificações, visto que até então não havia ocorrido o registro.

R$1,00

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	2017	2016
Reserva de Reavaliação de Terrenos	9.956.894	9.956.894
Reserva de Reavaliação de Edificações		
. Reserva de Reavaliação sobre Edificações	592.936	618.142
. IR/CSLL sober Reserva de Reavaliação de Edificações	(201.598)	-
TOTAL	**10.348.231**	**10.575.036**

A Companhia optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização, ao amparo do art. 6º da Lei 11.638/07.

12. INTANGÍVEL

R$ 1,00

			2017	2016
	Custo corrigido e reavaliado	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Uso de Sistemas	53.386.478	(48.627.726)	4.758.752	6.953.326
Total	**53.386.478**	**(48.627.726)**	**4.758.752**	**6.953.326**

Os ativos intangíveis, tais como licenças de uso e direito de uso de software, são registrados ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis limitada ao prazo de 10 anos.

Movimentação do ativo intangível em 2017:

	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Depreciação/ Amortização/ Baixa	Saldo em 31/12/2017
Intangível	6.953.326	1.211.704	(3.406.278)	4.758.752
	6.953.326	**1.211.704**	**(3.406.278)**	**4.758.752**

O intangível foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, conforme o disposto nos pronunciamentos técnicos CPC 01(R1), CPC 04(R1) e CPC 27. Não existiu a necessidade de ajustes em atendimento e observação destas normas para os itens que compõem a unidade geradora de caixa.

13. FORNECEDORES

A rubrica Fornecedores finalizou o ano de 2017 com o montante de R$32.421.933, sendo que, desse montante, cerca de 15% referem-se às aquisições para atendimento à demanda de serviços de impressão, além das provisões de serviços prestados nas devidas competências, as quais as notas fiscais ainda não chegaram à Companhia. Para o ano de 2016, o montante apresentado foi de R$10.577.761.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

		R$ 1,00
CIRCULANTE	**2017**	**2016**
Pis	1.899.881	1.458.477
INSS	6.393.933	2.317.761
Cofins	8.757.699	6.725.935
Salários e Honorários a pagar	5.197.571	5.007.597
FGTS	1.010.458	1.089.379
Plano Previdencial Libertas	2.700.599	2.213.395
Contribuições retidas na fonte	431.296	151.653
Benefício Pós Emprego	10.389.270	7.076.007
	36.780.707	**26.040.204**

		R$ 1,00
NÃO CIRCULANTE	**2017**	**2016**
PASEP	4.820.603	4.669.895
Benefício Pós Emprego	3.847.038	10.024.837
	8.667.641	**14.694.732**

A Companhia possui os regimes de incidências cumulativos e não cumulativos para recolhimento dos tributos Cofins e Pis.

A rubrica do INSS é composta pelo montante apurado pelo sistema de contribuição sobre a receita bruta (desoneração da folha de pagamento) acrescido do INSS incidente sobre salários.

O Plano Previdencial Libertas refere-se a parcelas de contribuições normais para custeio dos planos de benefícios de aposentadoria. Na data do balanço, o exigível da Companhia perante a Fundação totaliza R$2.700.599 em 2017 e R$2.213.395 em 2016.

A Companhia possui um passivo contingente de PASEP, registrado em seu Passivo Não Circulante, abrangendo o período de junho de 1999 a dezembro de 2002, cujo valor atualizado para dezembro de 2017 soma o montante de R$4.820.603.

Em atendimento a deliberação CVM n.º 695/2012 (Pronunciamento Técnico NBCTG 33(R2)), onde ganhos ou perdas atuariais devem ser registrados no próprio exercício, há o reconhecimento no Passivo Não Circulante do montante de R$3.847.038 em 2017 e R$10.024.837 referente a 2016, em contrapartida em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido, conforme esclarecimentos em nota explicativa 19.

15. APOSENTADORIA E FUNDO DE PENSÃO PASSIVO ATUARIAL

A Companhia é patrocinadora de Planos de Benefícios administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social e tem por finalidade principal a complementação dos benefícios previdenciários concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

A Fundação Libertas é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos. Os planos de benefícios por ela administrados são Prodemge RP5-II (modalidade de Benefício Definido), Plano Saldado (modalidade de Benefício Definido) e o Plano ProdemgePrev (modalidade de Contribuição Definida).

Histórico

O Plano Prodemge RP5-II encontrava-se deficitário, ou seja, seu patrimônio não cobria as provisões necessárias ao pagamento dos benefícios atuais e futuros de participantes e assistidos. Para solucioná-lo, a Prodemge adotou uma Estratégia Previdencial, desenhada pela Fundação Libertas e pela empresa de Avaliação Atuarial Gama Consultores, com participação da Companhia, e aprovada pela Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças do Estado de Minas Gerais. Essa estratégia contemplou as seguintes ações:

a) Criação do Plano ProdemgePrev em 01 de dezembro de 2012, estando em manutenção normal desde essa data.
b) Incorporação do RP5 pelo RP5-II e posterior fechamento do Plano Prodemge RP5-II para novas adesões, ocorrido em dezembro de 2013.
c) Cisão do Plano Prodemge RP5-II para criação do Plano Saldado, fechado ao ingresso de novos participantes com o início da eficácia a partir da data efetiva de transação ocorrida em 31 de outubro de 2014.
d) Migração de participantes do Plano Prodemge RP5-II para o ProdemgePrev e/ou Plano Saldado ocorrido nos meses de setembro e outubro de 2014 com data efetiva de transação em 31 de outubro de 2014.

Em 31 de outubro de 2014 na data efetiva da transação ocorreram os cálculos para equacionamento do Plano Prodemge RP5-II que se basearam na Proporção Contributiva entre a Patrocinadora (Prodemge) e Participantes/Assistidos, em função das Contribuições Normais Vertidas, atendendo ao Art. 29 da Resolução CGPC 26/08, alterada pelo CNPC 10/2012, apurando-se um déficit atuarial e que coube à Companhia o montante de R$48.846.497.

Anteriormente à data efetiva de transação, especificamente no exercício financeiro de 2013, a PREVIC através do seu ERMG - Escritório Regional da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) determinou a regularização das Contribuições Normais para o Plano Prodemge (RP5-II) referentes à Pecúlio e Auxílio Doença, até então efetivadas exclusivamente pela Patrocinadora, em contrariedade à legislação no que se refere à exigência de paridade contributiva no custeio dos planos de benefícios.

A cobertura dessas Contribuições Normais fora da paridade abrangeu um período de 05 anos, de junho/2009 a maio/2014, e resultou na diferença de valores a favor da Prodemge, os quais, atualizados, montam R$1.239.102.

Conforme ajustado com o ERMG, esse montante foi compensado nos contratos referentes à parcela de responsabilidade da Patrocinadora no déficit apurado na Data Efetiva da Transação, restando como déficit líquido o montante de R$ 47.607.395.

A proporção de rateio utilizado à na distribuição do valor total do déficit líquido apurado para cada plano foi determinada com base no total das Reservas Matemáticas de Transação Individuais – RMTIs destinadas a cada plano. Para o Prodemge RP5-II o percentual utilizado foi de 1,2404497%. No Prodemge Saldado utilizou-se o percentual de 24,4286593% e para o ProdemgePrev de 74,330810%.

A síntese do déficit entre os planos previdenciários, a partir da aplicação do percentual utilizado, apresentou-se distribuído da seguinte forma:

			R$ 1,00
	Forma de pagamento	**Parcelas**	**31/10/2014**
Déficit atuarial			48.846.497
Compensação de contribuições indevidas			(1.239.102)
Déficit atuarial líquido			**47.607.395**
Detalhamento:			
Plano Prodemge (RP5-II)	contribuições extraordinárias	-	590.546
Plano ProdemgePrev (CD)	contrato de parcelamento	77	35.387.001
Plano Saldado	contrato de parcelamento	30	11.629.848
			47.607.395

A parcela referente ao Plano Prodemge RP5-II não foi objeto de contrato, permanecendo paga através de contribuições extraordinárias, conforme previsto no plano de custeio, apresentando o montante de R$590.546 na data efetiva da transação.

A partir da implantação da estratégia previdencial, em 2014, gerou-se os contratos de Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida, relativa à migração de participantes e assistidos do plano Prodemge RP5-II para os Planos ProdemgePrev e o Saldado pactuados a juros de 6% ao ano e atualizados mensalmente pela variação do INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e divididos em parcelas mensais e consecutivas, sendo 77 parcelas para o Plano ProdemgePrev e 30 parcelas para o Plano Saldado.

No ano de 2017, a Prodemge e a Fundação Libertas repactuaram o prazo do contrato do Plano ProdemgePrev, referente à dívida da migração, onde passou a vigorar o novo prazo de 96 parcelas, a contar a partir de abril de 2017. Com isso, para o ano de 2017, o saldo devedor apresentou o valor de R$27.506.438 e para o ano de 2016 o valor foi de R$33.074.420, sendo que restam 88 parcelas. O contrato Saldado foi totalmente quitado no exercício de 2017.

		R$ 1,00
	2017	**2016**
Circulante		
Contrato ProdemgePrev - CD	4.920.944	7.968.000
Contrato Saldado - BD	-	2.486.657
Saldo devedor Circulante	**4.920.944**	**10.454.658**
Não Circulante		
Contrato ProdemgePrev - CD	22.585.494	22.619.863
Saldo devedor Não Circulante	**22.585.494**	**22.619.863**
Total	**27.506.438**	**33.074.520**

Em decorrência do patrocínio dos benefícios previdenciários, a Companhia assumiu em 27 de março de 1998, um débito a título de financiamento proveniente do passivo atuarial, existente na data de criação do Plano, para pagamento no prazo de 240 meses, contados a partir de maio de 1988. Em 31 de dezembro de 2016, o valor montante registrado do saldo devedor era de R$7.884.032, restando 17 parcelas.

No ano de 2017, a Prodemge e a Fundação Libertas repactuaram também o prazo do contrato do Plano ProdemgePrev, referente ao Passivo Atuarial, onde passou a vigorar o novo prazo de 26 parcelas, a contar a partir de abril de 2017. Com isso, em 31 de dezembro de 2017 restaram 18 parcelas para o contrato ProdemgePrev. Já para os contratos RP-II – BD e o Saldado – BD restaram 05 parcelas, onde

somados ao contrato ProdemgePrev, apresentaram o montante de R$4.219.555. Em 31 de dezembro de 2016 o valor registrado era de R$7.884.032.

	R$ 1,00	
	2017	2016
Circulante		
Contrato RP5-II - BD	36.774	72.021
Contrato ProdemgePrev - CD	2.471.680	4.315.648
Contrato Saldado - BD	724.215	1.418.327
Saldo devedor Circulante	**3.232.669**	**5.805.996**
Não Circulante		
Contrato RP5-II - BD	-	25.777
Contrato ProdemgePrev - CD	986.886	1.544.623
Contrato Saldado - BD	-	507.636
Saldo devedor Não Circulante	**986.886**	**2.078.036**
Total	**4.219.555**	**7.884.032**

16. REFIS – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

	R$1,00	
	2017	2016
DÉBITO CONSOLIDADO	**37.758.119**	**37.758.119**
Compensação de Prejuízos Fiscais e de Base de Cálculo Negativa de CSLL	(8.041.659)	(8.041.659)
Outras Compensações	(257.685)	(257.685)
Ajuste Débito Consolidado	824.382	-
Dívida Líquida Consolidada	**30.283.157**	**29.458.775**
Pagamento de Parcelas	(39.055.051)	(35.012.877)
Atualização Monetária	29.603.779	27.864.553
Saldo devedor REFIS	**20.831.885**	**22.310.451**
Ajuste a valor presente (longo prazo)	(3.350.670)	(4.834.218)
Ajuste a valor presente (curto prazo)	(83.113)	(84.531)
Saldo devedor REFIS a valor presente	**17.398.102**	**17.391.701**
Menos: Passivo Circulante	(2.252.096)	(2.141.803)
Não Circulante	**15.146.008**	**15.249.898**

Em 28 de abril de 2000, visando ao parcelamento de impostos e contribuições federais vencidos até 29 de fevereiro do mesmo ano, a Companhia manifestou sua opção, aderindo ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, nos termos estabelecidos pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, e legislação complementar.

À época, para efeito de compensação da dívida a ser refinanciada, a Companhia utilizou prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social geradas em exercícios anteriores nos valores de R$36.487.920 e R$32.105.883, respectivamente, para amortizar parcela substancial dos valores das multas e dos juros

incluídos no parcelamento, observado o limite de 15% dos prejuízos fiscais e de 8% das bases negativas de contribuição.

O saldo devedor do REFIS atualizado devidamente pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vem sendo quitado em parcelas mensais equivalentes a 1,5% da receita bruta em um prazo que se estima findar em 2027.

Para o cálculo do valor presente do débito junto ao REFIS, foram adotadas as seguintes premissas:

- Calculado o valor médio dos pagamentos efetuados de janeiro de 2001 a dezembro de 2017;
- O montante do débito em 31 de dezembro de 2017, devidamente atualizado pela TJLP, foi dividido pelo valor médio dos pagamentos, encontrando-se o valor constante de cada parcela e o prazo para suas liquidações;
- O valor presente do débito foi obtido descontando-se o fluxo de pagamentos à taxa de 0,5833% a.m., correspondente à TJLP do 4º trimestre de 2017.

Em garantia do parcelamento pleiteado junto ao REFIS, foi oferecido o imóvel pertencente à Companhia, localizado à Rua da Bahia, 2.277, em Belo Horizonte, MG.

No exercício de 2017, a Companhia efetuou levantamento dos valores dos débitos consolidados de todos os tributos incluídos no REFIS, uma vez que havia divergência entre o débito consolidado da dívida registrado pela Prodemge e o débito consolidado constante na Receita Federal do Brasil.

O trabalho consistiu no detalhamento de informações acerca dos tributos incluídos no programa, bem como recálculo dos referidos tributos consolidados. Nesse escopo detectou-se que alguns valores de consolidação efetuados pela Prodemge se encontravam registrados a maior. Esse registro a maior decorreu da não observância pela Companhia da alteração da lei 9.964/2000 (Lei que instituiu o REFIS), por meio da lei 10.189 de 14 de fevereiro de 2001, a qual determinava que a atualização do débito consolidado deveria retroagir a 01/03/2000, ajuste esse que ainda não havia sido efetuado nos registros da Companhia.

Além dessa divergência de consolidação, existiam 02 (duas) competências de IRPJ a serem excluídas, conforme Despachos Decisórios DRF/BHE 874 de 20/09/2006 e DRF/BHE 1.091 de 03/08/2007.

Existiam também registros de valores consolidados a menor relativos ao IRPJ e CSLL, os quais foram consolidados com atualização de multa e juros inferior ao registrado pela Receita Federal do Brasil.

Assim, efetuou-se um ajuste de redução para o INSS, Pis e Cofins, bem como um ajuste positivo para o IRPJ e CSLL, gerando um acréscimo de R$1.857.846 nos registros contábeis do Parcelamento Refis.

A partir dos ajustes, o saldo dos débitos consolidados dos tributos apresentou-se da seguinte forma:

		R$ 1,00
	2017	**2016**
INSS	19.739.648	20.056.772
Pis	1.541.047	1.613.383
Cofins	6.683.997	6.741.392
Salário Educação	1.400.133	1.400.133
IRPJ	6.466.436	5.716.764
CSLL	2.751.239	2.229.674
Créditos	(8.299.344)	(8.299.344)
Total	**30.283.157**	**29.458.775**

Em consequência dessas divergências da dívida consolidada, procedeu-se também o ajuste decorrente do reflexo dos encargos financeiros reconhecidos no período, relativos ao valor original consolidado, como detalhado a seguir:

		R$ 1,00
	Ajuste valor consolidado	TJLP por tributo
INSS	317.123	397.554
PIS	72.336	90.682
COFINS	57.395	71.952
IRPJ	(749.672)	(939.807)
CSLL	(521.565)	(653.846)
Total	**(824.382)**	**(1.033.464)**

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, como segue:

	R$1,00
Item	**Vr. Segurado (R$)**
Edifícios	10.848.219
Datacenter	17.409.066
Móveis, Utensílios e Ferramentas	549.628
Estoque	217.699
Bens de Terceiros	15.000.000
Certificação Digital	1.000.000
Veículos	Vr. de mercado

18. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA

A constituição do Imposto de renda diferido e da contribuição social diferida refere-se à aplicação do percentual de 25% para o IR e 9% para a Contribuição Social sobre a Receita a Faturar (vide nota explicativa 06) e sobre a Reserva de Reavaliação sobre Edificações (vide nota explicativa 11).

		R$1,00
TRIBUTO	**2017**	**2016**
IR/CLSS Diferidos s/ Serviços a Faturar	17.707.375	11.559.969
IR/CLSS Diferido s/Reserva de Reavaliação	188.001	-
	17.895.376	**11.559.969**

No exercício de 2017, a Companhia, realizou análises sobre dois pontos merecedores de destaques no cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

1º. Receita a Faturar – procedimento de diferimento adotado no exercício de 2009, onde a Companhia passou a diferir o IRPJ e a CSLL sobre a Receita dos Serviços a Faturar. O Decreto-Lei nº 1.598/77 no seu art. 10, incorporado ao Regulamento do Imposto de renda em seu art.409 é a base legal que suporta tal procedimento, onde faculta o contribuinte diferir a tributação sobre o lucro até a sua realização, ou seja, a Prodemge poderia excluir da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social a parcela do lucro sobre

os serviços a faturar. Todavia a Companhia adota o procedimento do diferimento da Receita a Faturar total, não deduzindo os custos, o que difere do exposto na Legislação vigente.

2º. Adição dos custos com atividade gráfica na base de apuração do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real – IRPJ e CSLL), uma vez que, com a assinatura do Termo de Cooperação Mútua, de 20/07/2017 (vide Nota Explicativa 23) e o início da atividade dos serviços gráficos, a Companhia assumiu os custos sem a contrapartida de receitas, contradizendo o princípio contábil do confronto das despesas com as receitas no período. Sendo assim, necessário adicionar o custo apurado na base de cálculos dos impostos mencionados, o que não foi realizado no exercício de 2017.

A divergência no procedimento levou os Auditores Independentes a emitir opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2017, identificando os pontos acima, os quais a Diretoria da Companhia deverá proceder ao levantamento e avaliação da adequação dos saldos contábeis.

19. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A Prodemge é uma das patrocinadoras da Fundação Libertas de Seguridade Social, que é uma entidade de previdência complementar fechada multipatrocinada, sem fins lucrativos, fundada em julho de 1992, de acordo com a legislação em vigor.

A Companhia apresenta um quadro funcional com a presença de analistas, técnicos, assistentes de tecnologia, assessores e assistentes organizacionais, entre gerentes, superintendentes, supervisores e demais especialistas. Oferece aos atuais e aos ex-empregados planos previdenciários, administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social.

Os planos de benefícios patrocinados pela Prodemge são:

- Plano de Benefícios RP5II - estruturado na modalidade de benefício definido e fechado para novas adesões desde 19 de dezembro de 2013.
- Plano de Benefícios Prodemge Saldado – estruturado na modalidade de benefício definido, com início operacional em 01 de novembro de 2014 e fechado a novas adesões desde seu início.
- Plano ProdemgePrev – estruturado na modalidade de contribuição definida, tendo seu início em outubro de 2012.

Conforme definido pela CVM nº 695, nos planos de benefícios pós-emprego classificados como contribuição definida a entidade empregadora realiza contribuições pré-estabelecidas a uma outra entidade, não tendo obrigação legal ou construtiva de complementar qualquer insuficiência de ativos para pagamento dos benefícios. Assim, os riscos atuariais e de investimento recaem apenas para os empregados.

Nos planos de benefício definido é obrigação da empregadora fornecer os benefícios prometidos aos atuais e ex-empregados. Com isso, o risco atuarial e de investimento recaem sobre a patrocinadora, aumentando ou reduzindo a sua obrigação. O pagamento dos benefícios concedidos depende também da capacidade e do interesse da entidade de suprir qualquer insuficiência nos ativos do fundo. Consequentemente, a despesa reconhecida do plano de benefício definido não será somente o montante da contribuição devida no período, mas também o resultado entre as obrigações esperadas e ocorridas, conforme aplicação de premissas atuariais.

A contabilização das obrigações com benefícios pós emprego da Prodemge é realizada somente para os benefícios estruturados na modalidade de benefício definido, ou seja, benefícios concedidos e a conceder de participantes dos Planos RP5II e Saldado.

O Plano de Benefício Definido (BD) é um tipo de plano em que o participante se aposenta com um benefício pré-determinado, o chamado Plano de Benefícios RP5-II da Prodemge.

Os benefícios do plano são: suplementação de aposentadoria por invalidez, por idade, por tempo de contribuição, especial, do décimo terceiro, pensão por morte, auxílio reclusão e pecúlio por morte. O Plano contempla também os seguintes institutos previstos em lei complementar 109/2001: benefício proporcional diferido, resgate, portabilidade e auto patrocínio.

O Plano Prodemge Saldado é originário do Plano Prodemge e prevê os seguintes benefícios: benefício saldado de aposentadoria programada, décimo terceiro pagamento de benefício saldado, além dos seguintes institutos previstos em lei complementar 109/2001: benefício proporcional diferido, resgate, portabilidade e auto patrocínio.

A seguir, as estatísticas dos empregados e ex-empregados da Patrocinadora Prodemge, cadastrados nos Planos RP5II e Saldado:

	RP5-II	Saldado	Total	RP5-II	Saldado	Total
	Ativos			Ativos		
Quantidade	3	4	7	3	9	12
Média Idades	44	54	49	43	51	47
	Mantidos			Mantidos		
Quantidade	3	5	8	3	0	3
Média Idades	45	51	49	45	0	45
	Aposentados			Aposentados		
Quantidade	10	148	158	9	151	160
Média Idades	67	66	66	67	64	66
Suplementação Média (R$)	2.572,32	4.506,87	4.384,43	2.031,71	4.227,20	4.103,70
	Pensionistas			Pensionistas		
Quantidade	7	15	22	7	14	21
Média Idades	58	66	63	57	65	61
Suplementação Média (R$)	1.678,14	2.044,34	1.927,83	1.602,09	2.076,44	1.918,33

Fonte: Base de Dados Libertas.

De acordo com as normas aplicáveis, as hipóteses atuariais adotadas na presente avaliação foram definidas pela PRODEMGE, em consonância com as hipóteses utilizadas pela Fundação Libertas.

		Plano RP5II	Plano Saldado
Hipóteses Demográficas	Evento Morte	GIM - 94 M&F (D20%)	GIM - 94 M&F (D20%)
	Mortalidade de Inválidos	AT-49 M	AT-49 M
	Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
	Rotatividade	Nula	Nula
	Aposentadoria	1ª Elegibilidade	1ª Elegibilidade
	Composição familiar	Família Real	Família Real
Hipóteses* Econômicas	Taxa Real de Juros	5,21%	5,21%
	Crescimento Real Salarial	1,28%	Não Aplicável
	Índice de Inflação	4,18%	4,18%
	Fator Capacidade (Salários e Benef´ícios)	98,08%	98,08%

A taxa nominal de juros aplicada de 9,61% resulta da composição:

Da taxa real de juros de 5,21%, para os Planos BD Saldado e RP5II, correspondente a NTN-B com vencimento mais próximo à *duration* dos Planos, encontrada nas Demonstrações Atuariais de 31/12/2016 transmitidas à PREVIC;

E da taxa de inflação esperada no longo prazo de 4,18%, baseada em histórico da variação do IPCA e projeção divulgada no Relatório FOCUS do Banco Central, publicado em 01 de dezembro de 2017.

Conforme determinação da CVM nº 695/2012, o método atuarial a ser utilizado para determinar o déficit ou superávit de planos de benefício definido é o Crédito Unitário Projetado.

O custo é avaliado em períodos passados e corrente, para que seja identificado o quanto de direito o empregado adquiriu com serviço já prestado e o quanto desse direito deverá ser acrescentado referente ao serviço prestado no ano corrente.

Verificou-se, após análise de documentação fornecida pela Libertas, referentes aos resultados da CVM 695 de anos anteriores, que o valor da obrigação dos benefícios concedidos apurada na CVM 695 de 2014 está menor do que o registrado na avaliação atuarial do mesmo ano, sendo que os dois cálculos foram realizados com a mesma taxa de juros.

Foi constatado também que foram deduzidos, de forma equivocada, valores no ativo que se referem a provisões matemáticas do plano.

A seguir, os resultados apurados a partir da base de dados e premissas admitidas:

Para a reconciliação é necessário conhecer o valor da obrigação do benefício definido registrado no final do ano anterior. A esse valor, é acrescentado o custo do serviço corrente, calculado atuarialmente pelo método Crédito Unitário Projetado. Considera-se, também, o valor do custo dos juros e fluxos de caixa da empresa como pagamento de benefícios e contribuição de participantes. Incluem-se, ainda, os efeitos com alterações de premissas que caracterizará o ganho ou perda atuarial no período.

Todas essas contas resultarão no valor da obrigação de benefício definido no final do ano em estudo.

		R$ 1,00
	31/12/2017	31/12/2016
1 Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	**95.870.742**	**67.119.283**
2 Custo do serviço corrente	24.429	23.733
3 Custo dos juros	10.417.879	3.355.964
4 Fluxos de caixa	-	-
a. Benefício pago pelo plano	(7.818.624)	(6.597.048)
b. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
c. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Contribuição de participante	0	7.859
e. Despesa administrativa incluída na obrigação	-	-
f. Imposto incluído na obrigação	-	-
g. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
5 Outros eventos significativos	-	-
a. Aumento (redução) decorrente de fusão/ alienação/transferência	-	
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
6 Redimensionamento da obrigação	-	-
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	-	-
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	20.187.042	(15.521.219)
c. Efeito da experiência do plano	172.191	(2.098.155)
7 Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8 Obrigação de benefício definido no final do ano	**118.853.659**	**46.290.417**

O custo do serviço corrente em 31/12/2017, mostrou-se superior ao registrado em 31/12/2016. Um forte influenciador deste custo é a mudança da taxa de juros utilizada para os cálculos dos compromissos futuros.

		R$ 1,00
	31/12/2017	31/12/2016
1 **Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior**	**118.838.110**	**20.854.825**
2 Juros sobre o valor justo do ativo do plano	12.913.648	1.042.741
3 Fluxos de caixa	-	-
a. Desembolso total da empresa	-	-
i. Contribuição paga pela empresa	10.454	7.859
ii. Contribuição relativa a benefícios pagos pela empresa	-	-
b. Contribuição de participante	10.460	7.859
c. Benefício pago pelo plano	(7.818.624)	(6.597.048)
d. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
e. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
f. Despesa administrativa paga pelo ativo do plano	-	-
g. Imposto pago pelo ativo do plano	-	-
h. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
4 Outros eventos significativos	-	-
a. Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
5 Redimensionamento do valor justo do ativo do plano	-	-
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(10.503.404)	14.017.559
6 Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
7 Valor justo do ativo do plano no final do ano	**113.450.644**	**29.333.795**

O valor registrado em "Contribuição paga pela empresa" foi informado pela Fundação LIBERTAS, em balancete do mês de outubro/2017, sendo o valor atualizado pelo INPC para o mês de dezembro/2017.

A conta de "Benefício pago pelo plano" repete a informação da reconciliação da obrigação de benefício definido.

O redimensionamento do valor justo do ativo do plano registra a diferença entre a receita de juros sobre ativos do plano e o retorno sobre ativos do plano. A CVM nº 695/2012 determina que o retorno sobre os ativos do plano consiste em juros, dividendos e outras receitas derivadas dos ativos do plano, incluindo ganhos ou perdas sobre os ativos, excluindo custos com administração e impostos.

		R$ 1,00
	31/12/2017	31/12/2016
1 Obrigação de benefício definido	118.853.659	46.290.417
2 Valor justo do ativo do plano	(113.450.644)	(29.333.795)
3 **Situação financeira do plano**	**5.403.015**	**16.956.622**
4 Reconhecimento de passivo oneroso - Déficit Técnico Contratado	(1.555.977)	(6.931.785)
5 Passivo / (Ativo) líquido	**3.847.038**	**10.024.837**

Seguindo a Deliberação CVM nº 695/2012, o valor líquido de passivo (ativo) representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido, sendo calculado pela subtração do valor presente da obrigação pelo valor justo dos ativos.

	R$ 1,00	
	31/12/2017	31/12/2016
Componentes da despesa / (receita) de benefício definido		
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	24.429	23.733
b. Amortização custo do serviço passado	218.495	1.026.221
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
Custo total do serviço	**242.924**	**1.049.954**
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	10.417.879	3.355.964
b. Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(12.913.648)	(1.042.741)
c. Juros / (rendimento) sobre o direito reembolsável	-	-
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) / passivo oneroso	-	-
e. Custo líquido total dos juros	**(2.495.769)**	**2.313.223**
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-	-
4. Despesa administrativa e imposto	-	-
5. Despesa (receita) a ser reconhecida	**(2.252.845)**	**3.363.177**

A *duration* do plano de benefício corresponde ao tempo médio ponderado de pagamento dos benefícios.

A taxa nominal de desconto da obrigação de benefício definido é composta pela taxa de juros de 5,21% mais a inflação de longo prazo. A taxa de juros corresponde a taxa de venda da NTN-B com vencimento mais próximo ao prazo da *duration*.

A taxa de inflação estimada no longo prazo consiste na expectativa da inflação brasileira nos anos futuros, baseada em histórico da variação do IPCA e pela projeção da taxa pelo Banco Central para o ano de 2018 com divulgação no Relatório FOCUS de 1 de dezembro de 2017.

A taxa nominal de desconto do custo/(receita) compreende a soma da inflação projetada pelo Banco Central para o ano de 2017, divulgada no Relatório FOCUS de 6 de dezembro de 2017, pela inflação de longo prazo.

20. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia figura como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, justiça comum e justiça federal, decorrentes do curso normal de suas atividades, no total de 97 processos, dos quais 72 referem-se a processos trabalhistas, 23 processos na vara da Fazenda Pública e apenas 02 processos na justiça federal.

Em decorrência das provisões realizadas pela Companhia, no ano de 2017 houve o reconhecimento de R$1.808.320, sendo que no exercício de 2016 houve a reversão de provisão, no montante de R$3.927.509, decorrente da finalização de processos.

Para o exercício de 2017, as provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, para processos judiciais que foram avaliados como perda provável, no montante de R$8.255.190, conforme demonstrado abaixo:

- **JUSTIÇA DO TRABALHO**

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta estão em sua maioria relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, insalubridade, horas extras, PLR, 40% do FGTS, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função, dentre outras.

A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, em 16 processos (16% do total dos processos), representando 17% do valor total aprovisionado. Caso o pleito seja procedente, a Prodemge será compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Dessa forma, para os casos considerados perda provável, a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações subsidiárias.

A classificação das contingências trabalhistas pela assessoria jurídica está assim representada:

	R$ 1,00
Perda Remota	445.000
Perda Possível	807.192
Perda Provável	8.066.990
Total das ações na Justiça do Trabalho	**9.319.182**

- **JUSTIÇA COMUM**

Sendo a Companhia uma empresa pública, as ações movidas na Justiça Comum correm nas Varas da Fazenda Pública Estadual. São relacionadas às ações de sustação de protesto, danos morais, concurso público e cobrança.

A classificação destas contingências pela assessoria jurídica está assim representada:

	R$ 1,00
Perda Remota	76.723
Perda Possível	2.000
Perda Provável	188.200
Total das ações na Justiça Comum	**266.923**

- **JUSTIÇA FEDERAL**

A Companhia possui ação no âmbito da Justiça Federal, decorrente de execução fiscal relativa ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (Salário Educação), classificada pela assessoria jurídica em perda remota, no valor de R$34.000.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social está representado por 77.227.838 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$1,00 cada.

b) Ajuste de Avaliação Atuarial

Para o reconhecimento de ganhos/perdas, adotou-se o procedimento padrão constante do Pronunciamento Técnico NBCTG 33 (R2) onde para o exercício de 2017 ocorreu o reconhecimento de R$3.847.038 como Ajuste de Avaliação Atuarial - Outros Resultados Abrangentes, de acordo com os cálculos realizados pela consultoria atuarial contratada pela Companhia. Para o exercício de 2016 o montante registrado foi de R$10.024.837.

c) Reserva de reavaliação

A reserva decorre da reavaliação dos bens do imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007, (vide nota explicativa nº 11). É transferida para prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto da reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.

Em dezembro de 2017 foi realizado o valor de R$25.206,37 referente à realização da Reserva de Reavaliação de Edificações. Além disso, registrou-se R$201.598,16 referente ao diferimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social em contrapartida do grupo do Passivo, referente à reavaliação de edificações ocorrida no ano de 1989.

d) Prejuízos Acumulados

A partir dos ajustes efetuados no Refis, no exercício de 2017 (vide nota explicativa nº 16), a Companhia registrou impacto negativo no patrimônio líquido no montante de R$1.857.846, conforme demonstrado a seguir:

	R$ 1,00
Prejuízo Acumulado 2016	(7.828.178)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.857.846)
Prejuízo Acumulado Ajustado	**(9.686.024)**

22. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A receita de prestação de serviços de tecnologia da informação é reconhecida no resultado tendo como base o regime de competência, que ocorre mensalmente, conforme definido no contrato de prestação de serviço, acrescida da receita dos Serviços a Faturar (vide nota explicativa 06).

	2017	2016
Prestação de serviços	260.243.811	232.563.357
Serviços a Faturar	18.080.606	5.674.591
	278.324.417	**238.237.948**

23. CUSTOS OPERACIONAIS

R$ 1,00

	2017	2016
Pessoal	111.321.813	113.664.262
Treinamento	42.026	60.200
Material	6.926.127	735.729
Manutenção Equipamentos	15.065.200	6.701.105
Manutenção Bens Instalações	85.706	9.385
Aluguel Equipamentos	2.843.188	564.732
Serviços Terceiros	23.164.362	7.826.881
Licenciamento e Manutenção Software	20.860.078	18.892.790
Utilidades e Custos Gerais	4.153.325	2.340.817
Depeciação/Amortização	11.519.989	11.993.349
Total	**195.981.815**	**162.789.248**

O Governo do Estado de Minas Gerais, através da Lei 22.285, de 14/09/2016, extinguiu a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, incorporando a competência para edição e a gestão das publicações no Diário Oficial do Estado à Secretaria de Casa Civil e de Relações Institucionais – SECCRI. Diante da necessidade de continuidade dos serviços de impressão do jornal Diário Oficial de Minas Gerais, dada a essencialidade de acesso às informações e interesse público e publicações de atos oficiais das esferas pública e privada, a Companhia firmou Termo de Cooperação Mútua com a SECCRI, devido ser entre as entidades da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais, a que possuía as melhores condições para assumir a atividade de serviços gráficos do Diário Oficial de Minas Gerais.

O Termo de Cooperação Mútua possui cláusula de ausência de transferências ou repasses de recursos financeiros. A partir de janeiro de 2017, a Companhia vem executando a atividade de serviços gráficos, e, respeitando a referida cláusula do Termo não houve registro de faturamento em 2017 para esse serviço.

No ano de 2017, em decorrência dessa atividade assumida pela Companhia, registrou-se o montante de R$30.206.994 nos custos operacionais para a execução dessa atividade.

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

O Grupo Despesas Administrativas e Gerais apresenta a seguinte composição:

		R$1,00
	2017	2016
Pessoal	35.249.214	35.106.069
Treinamento	35.406	54.551
Material	310.009	225.837
Manutenção Equipamentos	47.581	27.322
Manutenção Bens/Instalação	165.215	156.106
Aluguel Equipamentos	15.701	9.515
Serviços de Terceiros	4.980.033	4.092.971
Licenciamento/Manutenção Software	40.818	34.288
Utilidades e Despesas Gerais	6.785.602	6.992.271
Depreciação/Amortização	336.959	257.952
	47.966.538	**46.956.881**

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

		R$ 1,00
	2017	2016
Receitas Financeiras		
. Receitas Aplicação Financeira	4.466.428	7.871.874
. Descontos Obtidos/Juros Recebidos	406.955	6.443
. Variação Monetária Ativa	58.449	78.564
	4.931.832	**7.956.880**
Despesas Financeiras		
. Multas	186.582	6.787
. Correção Monetária	677.967	3.533.577
. Juros	2.875.860	3.777.051
. Descontos Concedidos	44	261
	3.740.452	**7.317.676**

No grupo de despesas financeiras, o montante referente a correção monetária e juros está relacionado com a atualização com os contratos de dívida e passivo atuarial, firmados com a Fundação Libertas (vide nota explicativa nº 15) e com a dívida do Refis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Helvécio Miranda Magalhães Júnior – Presidente
Paulo de Moura Ramos
Alcione Maria Martins Comonian
Evandro Xavier Gomes
Bruno Alves da Rosa
José Francisco Vieira de Seniuk
Hugo Vocurca Teixeira

DIRETORIA EXECUTIVA
Paulo de Moura Ramos – Diretor-Presidente
Pedro Ernesto Diniz – Diretor
Gilberto Rosário de Lacerda – Diretor
Gustavo Guimarães Garreto – Diretor
Gustavo Daniel Prado – Diretor

CONSELHO FISCAL
Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira
César Cristiano de Lima
Mariah Brochado Ferreira

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
Ionala de Paiva Carneiro

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE E CUSTOS
Sheila Blom de Lacerda
Contadora – CRC MG – 076747/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE, reunido na Cidade Administrativa, Prédio Gerais, Andar 4, Sala 7, à Rodovia Papa João Paulo II, 4.001, Bairro Serra Verde, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com o objetivo de examinar o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e as respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e acompanhados do parecer dos auditores independentes.

O Conselho Fiscal, considerada a ressalva apresentada no Parecer da Maciel Auditores S/S, além das ênfases, é de opinião que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, reconhecendo que estão em condições de serem submetidas à aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

O Conselho Fiscal recomenda, em relação a ressalva apontada, que a Companhia proceda com os levantamentos pertinentes para fins de acompanhamento dos seus impactos no exercício de 2018.

Belo Horizonte, 12 de março de 2018.

Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira

Natália Freitas Miranda

César Cristiano de Lima